

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Manuel', 'Sandra', and 'Jilino']

MUNICÍPIO DE BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 02 JUN 2022
O Diretor de Departamento,
[Signature]
(Dr. Manuel A. S. Barreira)

MUNICÍPIO DE BOTICAS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Presente em Sessão de 27/06/2022
[Signature]

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2021

ÍNDICE RELATÓRIO

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	4
1.1 - INTRODUÇÃO	4
1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	7
1.3 - RECURSOS HUMANOS	9
1.4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	10
2.1 - BALANÇO CONSOLIDADO	11
2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	14
3 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	17
4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	20
5 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
NOTA 1 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	26
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	27
NOTA 3 - Ativos Intangíveis	28
NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	29
NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	29
NOTA 6 - LOCAÇÕES	30
NOTA 7 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	31

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	32
NOTA 10 - INVENTÁRIOS	32
NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	33
NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES	35
6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES	38

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas.....	7
Quadro 2: Organograma das Participações.....	8
Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico	9
Quadro 4: Valor da participação de cada município	10
Quadro 5: Evolução do Ativo	11
Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo	12
Quadro 7: Evolução dos Rendimentos.....	14
Quadro 8: Evolução dos Gastos	15
Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2021	17
Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza	19
Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2021	20
Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2021	22
Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	23
Quadro 14: Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido.....	25

1 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

1.1 – INTRODUÇÃO

Os Municípios, num esforço contínuo de resposta às atribuições e competências cada vez mais amplas que continuamente lhe são acometidas, foram levados a adequar paulatinamente as suas estruturas organizacionais às novas necessidades – desde logo, pela exigência de qualidade na gestão pública local.

Desse ajustamento resultou em muitos casos um novo modelo organizacional, assente na deslocação de parte da sua atividade para outras organizações, em muitos casos de cariz empresarial, que sendo controladas pelo Município (mãe) norteiam a sua gestão no interesse do grupo municipal como um todo.

Uma perspetiva global da posição financeira do grupo não pode, por essa razão, ser assegurada pela simples apreciação agregada das prestações de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas (incluindo a do município), por mais completos que estes sejam, não permite uma apreciação financeira integrada, tão pouco uma visão completa e suficiente para a tomada de decisão e a definição de uma estratégia.

A consolidação de contas municipais apresenta-se como ferramenta incontornável para melhorar a informação económico financeira prestada pela administração local, focando-se no objetivo primeiro de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si que seriam obtidas se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Só deste modo, também, é possível melhorar a avaliação do grau de risco financeiro, bem assim como o controlo e a coordenação entre as diferentes participadas, agilizando-se por esta via uma tomada de decisão mais informada e consciente – dando-se particular destaque, neste ponto, ao estreito controlo do défice público a que o Município está também sujeito.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem

prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7º, a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., assume a natureza de empresa local, e como tal deve a mesma ser objeto de consolidação de contas.

O Município de Boticas apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma directa ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

O n.º 2 do artigo 76º da referida Lei, estabelece que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal e submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Quando a pandemia de covid-19 parece finalmente dar tréguas e devolver um pouco de normalidade às nossas vidas, a Europa voltou a ser abalada por uma crise provocada pela guerra na Ucrânia. A invasão russa à Ucrânia está a criar instabilidade nos mercados financeiros, com as bolsas de valores europeias em queda, e os efeitos a refletirem-se nos preços da energia e dos alimentos. Os municípios “estão preocupados com a gestão financeira municipal, em função do impacto do aumento dos custos da energia, dos combustíveis e da matéria-prima,

que se repercute essencialmente no valor das empreitadas que estão em execução”, mas também com “as empresas que dão nota de terem dificuldade em cumprir as condições contratuais que estavam previamente estabelecidas” e ainda com “o impacto da própria revisão de preço das empreitadas em curso”.

O Município de Boticas tem apresentado, nos últimos anos, de forma sistemática, execuções orçamentais elevadas, tanto do lado da receita como do lado da despesa.

A opção por uma gestão assumidamente rigorosa e prudente teve tradução num saldo de gerência significativo. A opção por esse modelo de gestão colocou o Município de Boticas numa posição privilegiada para enfrentar o impacto da guerra e as suas consequências na economia local.

1.2 - ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 o Município de Boticas detinha as seguintes participações:

Quadro 1: Designação das Entidades Participadas

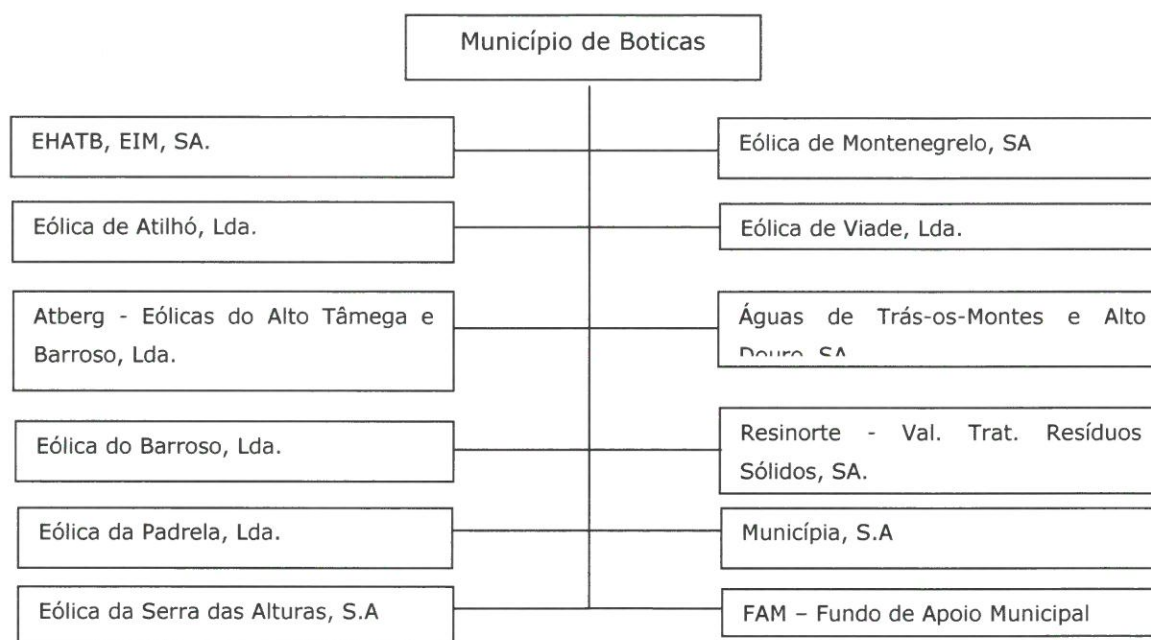
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EHATB, EIM, SA	502.227.842	Intermunicipal	35111	900.000,00	150.000,00	16,67	150.000,00	150.000,00	0,00	
Eólica de Atilhó, Lda	506.867.560	Limitada por quotas	35113	5.000,00	416,67	8,33	416,67	0,00	0,00	a
Atberg - Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda	505.294.656	Limitada por quotas	35113	1.250.000,00	83.333,33	6,67	83.333,33	0,00	0,00	a
Eólica do Barroso, Lda	505.533.693	Limitada por quotas	35113	70.000,00	4.666,67	6,67	4.666,67	0,00	0,00	a
Eólica da Padrela, Lda	505.533.758	Limitada por quotas	35113	65.000,00	4.333,33	6,67	4.333,33	0,00	0,00	a
Eólica da Serra das Alturas, SA	506.393.925	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Montenegro, SA	508.094.453	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Viade, Lda	506.446.298	Limitada por quotas	35113	5.000,00	1.667,00	3,33	1.667,00	0,00	0,00	a
Águas do Norte, SA	505.863.901	Sociedade Anónima	36001	111.061.732,00	121.985,00	0,11	121.985,00	47.166,00	0,00	b
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, SA	509.143.059	Sociedade Anónima	38212	8.000.000,00	67.866,67	0,85	67.866,67	30.000,00	0,00	c
Municípiã, S.A	504.475.606	Sociedade Anónima	71120	3.236.678,67	9.970,02	0,31	10.613,51	5.628,50	0,00	d
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513.319.182	Outras pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	286.333,52	0,07	270.427,50	270.427,50	0,00	

OBS:

- a Aquisição a título gratuito
- b Inclui a aquisição a título gratuito de 74.820 euros
- c Inclui a aquisição a título gratuito de 37,866,67 euros
- d Inclui a aquisição a título gratuito de 4.985,01 euros

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

Quadro 2: Organograma das Participações



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas e abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Boticas, por força do n.º6 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é constituído pela entidade - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

Por se entender que exista influência significativa nas tomadas de decisão, utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial o Método de Equivalência patrimonial (MEP).

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes e considerando a ausência de controlo no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais foram, em conformidade com o ponto 5.5 da Portaria 474/2010 e artigo 75º da Lei n.º 73/2013, excluídas do perímetro de consolidação.

1.3 – RECURSOS HUMANOS

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2021, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Quadro 3: Trabalhadores do Grupo Autárquico

Empresas Municipais	Número de Colaboradores
Município de Boticas	165
EHATB, EIM, SA.	21

1.4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502 227 842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502 227 842, ao abrigo do artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social: *“Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares”*.

“A atividade da sociedade em 2021 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 44,6% do total da faturação e dos Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais

contribuíram com 55,4%. À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,

Para além da atividade de produção de energia da sociedade desenvolvida no ano de 2021, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a "Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana" e a "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal".

O capital social da EHATB no montante total de 900.000,00 euros tem a seguinte composição:

Quadro 4: Valor da participação de cada município

	Valor €	% participação
Câmara Municipal de Boticas	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Valpaços	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Chaves	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Montalegre	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Ribeira de Pena	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar	150.000,00	16,666%

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

2.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Em 2021 o ativo do Município de Boticas atingiu os 71,44 milhões de euros o que significa um aumento de cerca de 400 mil euros face ao ano anterior (0,58%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro 5: Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2021	2020	Δ2021/2020
	em euros	em euros	em %
Ativos Fixos Tangíveis	57.634.951,37	60.473.084,75	-4,69%
Propriedades de Investimento	594.659,66	612.990,50	-2,99%
Ativos Intangíveis	109.251,71	83.677,84	30,56%
Participações Financeiras	4.153.570,74	4.151.685,57	0,05%
Clientes, contribuintes e Utentes	14.020,12	17.535,80	-20,05%
Outras Contas a Receber	55.994,04	53.952,15	3,78%
Ativo não Corrente	62.562.447,64	65.392.926,61	-4,33%
Inventários	57.437,79	46.777,73	22,79%
Devedores p/ Transf. e Subs. não Reemb.	1.879.584,51	173.864,74	981,06%
Clientes, Contribuintes e Utentes	233.092,33	219.861,41	6,02%
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	5.992,70	-100,00%
Outras Contas a Receber	1.065.188,33	997.291,29	6,81%
Diferimentos	25.313,45	22.669,97	11,66%
Caixa e Depósitos	5.617.768,05	4.166.598,13	34,83%
Ativo Corrente	8.878.384,46	5.633.055,97	57,61%
Ativo Total	71.440.832,10	71.025.982,58	0,58%

No cômputo geral, os Ativos Fixos Tangíveis representam 80,68% do total do ativo e registaram uma descida de, cerca de, 2,8 milhões de euros relativamente a 2020. Reflete a importância do investimento público sobretudo em infraestruturas e bens adquiridos.

Os ativos fixos tangíveis incluem, entre outros, os terrenos e recursos naturais; edifícios e outras construções; infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento de transporte, equipamento básico e administrativo, e respetivas depreciações, assim como ativos fixos tangíveis em curso.

As Propriedades de Investimento, que abrangem os terrenos ou edifícios (ou parte) detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital, observaram uma variação negativa de 2,99%.

No que respeita às participações financeiras, a NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), que não sendo de caráter obrigatório, é aquele que melhor releva os interesses do Município nas entidades participadas. Assim, o valor previsto das participações financeiras teve por base a aplicação do MEP.

Esta rubrica não registou alterações significativas.

As dívidas de terceiros representam 4,47% do ativo e tiveram um aumento de 1,8 milhões de euros. Os diferimentos ascendem a 25 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 4,1 milhões de euros em 2020 para 5,6 milhões de euros em 2021. Isto significa que o município poderia liquidar qualquer momento as dívidas a curto, médio e longo prazo.

Quadro 6: Evolução do Património Líquido e Passivo

Património Líquido e Passivo	2021	2020	Δ2021/2020
	em euros	em euros	em %
Património/Capital	60.517.244,87	60.517.244,87	0,00%
Reservas	187.987,52	187.987,52	0,00%
Resultados transitados	- 14.641.643,60	- 12.374.286,04	18,32%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 2.037.184,82	- 1.612.730,87	26,32%
Outras variações no património líquido	26.662.080,34	24.704.790,08	7,92%
Resultado líquido do período	- 1.737.056,77	- 2.041.186,42	-14,90%
Património Líquido	68.951.427,54	69.381.819,14	-0,62%
Financiamentos obtidos	124.715,42	164.919,58	-24,38%
Diferimentos	1.037.279,63	133.300,20	678,15%
Outras Contas a pagar	297.232,75	365.858,12	-18,76%
Passivo não Corrente	1.459.227,80	664.077,90	119,74%
Fornecedores	11.220,87	30.569,54	-63,29%
Estado e Outros Entes Públicos	31.303,82	41.197,85	-24,02%
Financiamentos Obtidos	40.204,15	95.559,52	-57,93%
Fornecedores de Investimento		4.849,46	-100,00%

Outras Contas a Pagar	660.418,55	801.913,78	-17,64%
Diferimentos	287.029,37	5.995,39	4687,50%
Passivo Corrente	1.030.176,76	980.085,54	5,11%
Total do Passivo	2.489.404,56	1.644.163,44	51,41%
Total Património Líquido e Passivo	71.440.832,10	71.025.982,58	0,58%

O Património Líquido corresponde a 68,9 milhões de euros, diminuindo 0,6% face a 2020. Nesta rubrica do Balanço, destaca-se a rubrica de outras variações no património líquido, que inclui, fundamentalmente, os diferimentos relativos aos subsídios obtidos para investimento.

Em relação ao passivo, o Município de Boticas fechou o ano com um valor de 2,5 milhões de euros, sendo constituído em 58,62% por passivo não corrente e em 41,38% por passivo corrente.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 51,41%, que resulta de um aumento significativo da rubrica Diferimentos. No que respeita a esta rubrica, a NCP 14 – Rendimentos sem Contraprestação prevê que aquando da aprovação de uma Solicitação de Transferência de Fundos (STF) a entidade pública beneficiária da transferência do Estado deve reconhecer um ativo e simultaneamente um passivo (direito a receber e diferimento do rendimento). O passivo será anulado como contrapartida do reconhecimento do rendimento quando ocorrer o pagamento da despesa com cobertura na transferência do Estado. Desta forma, este aumento é justificado pelo reconhecimento dos rendimentos provenientes de apoios ao investimento aprovados no ano de 2021.

A rubrica de fornecedores apresentou um decréscimo de 63,29% e os fornecedores de investimento tiveram um decréscimo de 100%, traduzido numa diminuição total de dívida a fornecedores na ordem dos 24.198,13 €.

No tocante ao passivo corrente, o seu valor ascendeu a 1.030.176,76 €, registando-se um aumento de 5,11% face a 2020. Todas as rubricas do passivo corrente tiveram um decréscimo relativamente a 2020, com exceção da rubrica de Diferimentos. Esta rubrica teve um acréscimo 281.033,98 € pelo registo de candidaturas de natureza corrente.

A rubrica Outras Contas a Pagar apresentou um decréscimo de 17,64% face ao ano de 2020, aqui são registados os gastos a reconhecer no próprio período, mas

cujo pagamento venha a ocorrer em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício. Inclui assim, por exemplo, o valor de férias, subsídio de férias e encargos que em 31 de dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte. Para além desta componente, considera-se ainda nesta rubrica o valor das cauções prestadas ao Município e as cobranças para terceiros (operações não orçamentais).

Relativamente ao passivo não corrente, registou um acréscimo de 119,74% face a 2020 e relaciona os financiamentos obtidos resultantes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A demonstração de resultados apresenta-se como mais uma peça importante na análise financeira do exercício. Os quadros seguintes mostram o comportamento de gastos e rendimentos nos dois anos.

Quadro 7: Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2021	2020	Δ2021/2020
	em euros	em euros	em %
Impostos, Contribuições e Taxas	935.266,32	814.890,71	14,77%
Vendas	164.925,51	136.857,71	20,51%
Prestações de Serviços e Concessões	958.513,80	919.811,07	4,21%
Transferências e Subsídios Corrente Obtidos	6.994.209,08	6.624.804,58	5,58%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, Associada e empreendimentos conjuntos	691.072,74	838.394,07	-17,57%
Outros Rendimentos	1.207.045,89	998.557,35	20,88%
Juros e rendimentos similares obtidos	254.403,51	271.799,50	-6,40%
TOTAL	11.205.436,85	10.605.114,99	5,66%

O total dos rendimentos ascendeu a 11.205.436,85 €, representando um acréscimo de 5,66% face ao ano de 2020, determinado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos e ainda pelos impostos, contribuições e taxas.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

A rubrica de Prestações de Serviços e Concessões tiveram um aumento de 4,21% relativamente a 2020 e representam 8,55% do total dos rendimentos.

As transferências e subsídios correntes obtidos incluem as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado, assim como, as relacionadas com financiamento comunitário.

No que concerne aos rendimentos, é de salientar que as transferências e subsídios obtidos de carácter corrente apresentam um aumento de 369.404,50 € em 2021 e são o agregado com maior peso dentro dos rendimentos.

A rubrica Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associada e empreendimentos conjuntos, segundo a NCP 24 – Acordos Conjuntos, o objetivo desta norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente. Esta rubrica teve um decréscimo de 147.321,33 €, face a 2020.

Relativamente aos outros rendimentos, compreendem essencialmente o reconhecimento dos rendimentos relacionados com financiamento ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se uma diminuição de 6,40% que resulta de uma diminuição dos dividendos obtidos nas entidades participadas.

Quadro 8: Evolução dos Gastos

Gastos	2021	2020	Δ2021/2020
	em euros	em euros	em %
CMVMC	362.572,89	306.205,79	18,41%
FSE	2.097.283,89	1.972.110,92	6,35%
Gastos com o Pessoal	3.411.631,71	3.449.301,79	-1,09%
Transferências e Subsídios Concedidos	2.084.453,80	1.889.502,01	10,32%
Gastos de Depreciação e de Amortização	4.832.777,78	4.801.146,80	0,66%
Outros Gastos e Perdas	147.110,59	221.039,57	-33,45%
Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos	6.662,96	6.994,53	-4,74%
TOTAL	12.942.493,62	12.646.301,41	2,34%

No ano de 2021 o total de gastos ascendeu a 12.942.493,62 €, observando-se um ligeiro aumento face ao ano de 2020. Esta variação decorre do efeito conjugado da diminuição de gastos com o pessoal, outros gastos e perdas e dos gastos e perdas por juros e outros encargos com o aumento de fornecimentos e serviços externos, CMVMC, transferências e subsídios concedidos e gastos/reversões de depreciação e amortizações.

As transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento de 194.951,79 € comparativamente com 2020, resultado da política social do executivo. Destaca-se o valor das transferências correntes superior a 1,5 milhões de euros, onde estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, recreativas e de solidariedade, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades e transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos de depreciação e de amortização (37,34%) e os gastos com o pessoal (26,36%). Comparativamente com o período de 2020, os gastos de depreciação e de amortização tiveram um aumento de 0,66% e os gastos com o pessoal tiveram uma diminuição de 1,09%.

3 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

A Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2021 apenas contempla os valores da contabilidade orçamental do Município, uma vez que a EHATB não aplica o normativo contabilístico SNC-AP (NCP 26).

Quadro 9: Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL							
RUBRICA	RECEBIMENTOS	2021	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2021	2020
	Saldo de gerência anterior	4.166.598,13	2.085.518,09				
	Operações orçamentais (1)	3.799.635,61	1.695.865,73				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0	1.695.865,73				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0	0				
	Operações de tesouraria	366.962,52	389.652,36				
	Receita Corrente	9.536.616,16	9.622.363,08		Despesa Corrente	7.412.692,80	7.328.434,30
R1	Receita Fiscal	698.043,55	614.276,87	D1	Despesas com pessoal	3.528.143,59	3.346.789,56
R11	Impostos diretos	696.563,54	613.986,22	D11	Remunerações certas e permanentes	2.724.778,37	2.579.562,54
R12	Impostos indiretos	1.480,01	290,65	D12	Abonos variáveis ou eventuais	37.235,56	35.100,35
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0		D13	Segurança Social	766.129,66	732.126,67
R3	Taxas, multas e outras penalidades	244.733,44	187.387,30	D2	Aquisição de bens e serviços	2.202.120,64	2.331.783,80
R4	Rendimentos de propriedade	615.267,39	1.108.515,03	D3	Juros e outros encargos	39,12	126,37
R5	Transferências e subsídios correntes	7.076.326,92	6.674.607,76	D4	Transferências e subsídios correntes	1.577.469,75	1.436.248,37
R51	Transferências correntes	7.076.326,92	6.534.107,66	D41	Transferências correntes	1.577.469,75	1.436.248,37
R511	Administrações Públicas	7.018.800,11	6.494.657,22	D411	Administrações Públicas	178.192,40	178.688,56
R5111	Administração Central – Estado Português	6.728.514,07	6.212.148,13	D4111	Administração Central – Estado Português	872,4	1.368,56
R5112	Administração Central – Outras entidades	201.195,13	206.509,09	D4112	Administração Central – Outras Entidades	0	0
R5113	Segurança Social	0	0	D4113	Segurança Social	0	0
R5114	Administração Regional	0	0	D4114	Administração Regional	0	0
R5115	Administração Local	89.090,91	76.000,00	D4115	Administração Local	177.320,00	177.320,00
R512	Exterior – EU	0	0	D412	Entidades do Setor não lucrativo	1.156.901,59	1.038.046,61
R513	Outras	57.526,81	179.950,54	D413	Famílias	233.398,26	219.513,20
R52	Subsídios Correntes	0	0	D414	Outras	8.977,50	0
R6	Vendas de bens e serviços	841.441,86	814.257,70	D42	Subsídios Correntes	0	0
R7	Outras receitas correntes	60.803,00	223.318,42	D5	Outras despesas correntes	104.919,7	213.486,20
	Receita de Capital	2.352.628,96	2.413.747,40		Despesa de Capital	2.861.197,50	2.530.313,78
R8	Venda de bens de investimento	22.616,00	41.913,50	D6	Aquisição de bens de capital	2.307.917,07	2.176.330,61
R9	Transferências e subsídios de capital	2.330.012,96	2.371.833,90	D7	Transferências e subsídios de capital	553.280,43	353.983,17
R91	Transferências de capital	2.330.012,96	2.371.833,90	D71	Transferências de capital	553.280,43	353.983,17
R911	Administrações Públicas	2.034.282,71	1.827.846,66	D711	Administrações Públicas	305.997,48	213.500,00
R9111	Administração Central – Estado Português	1.943.282,71	1.790.114,75	D7111	Administração Central – Estado Português	0	0
R9112	Administração Central – Outras entidades	91.000,00	37.731,91	D7112	Administração Central – Outras entidades	0	0

R9113	Segurança Social	0	0	D7113	Segurança Social	0	0
R9114	Administração Regional	0	0	D7114	Administração Regional	0	0
R9115	Administração Local	0	0	D7115	Administração Local	305.997,48	213.500,00
R912	Exterior – EU	0	0	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	229.406,08	137.983,17
R913	Outras	295.730,25	543.987,24	D713	Família	17.876,87	2.500,00
R92	Subsídios de capital	0	0	D714	Outras	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	D72	Subsídios de capital	0	0
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0	0	D8	Outras despesas de capital	0	0
	Receita Efetiva (2)	11.889.245,12	12.036.110,48		Despesa Efetiva (5)	10.273.890,30	9.858.748,08
	Receita não efetiva (3)	0	64.409,20		Despesa não efetiva (6)	95.559,53	138.001,72
	Receita com ativos financeiros	0	0		Despesa com ativos financeiros	0	15.907,48
	Receita com passivos financeiros	0	64.409,20		Despesa com passivos financeiros	95.559,53	122.094,24
	SOMA (4) = (1) + (2) + (3)	15.688.880,73	13.796.385,41		SOMA (7) = (5) + (6)	10.369.449,83	9.996.749,80
	Operações de tesouraria (B)	62.704,80	0		Operações de tesouraria (C)	131.330,17	66.306,65 €
					Saldo para a gerência seguinte	5.617.768,05	4.166.598,13
					Operações Orçamentais (8) = (4) - (7)	5.319.430,90	3.799.635,61
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	298.337,15	366.962,52
					Saldo global (2) - (5)	1.615.354,82	2.177.362,40
					Despesa Primária	10.273.851,18	9.858.621,71
					Saldo Corrente	2.123.923,36	2.293.928,78
					Saldo de Capital	- 508.568,54	-116.566,38
					Saldo Primário	1.615.393,94	2.177.488,77
					Receita total [1] + [2] + [3]	15.688.880,73	13.796.385,41
					Despesa total [5] + [6]	10.369.449,83	9.996.749,80

Quadro 10: Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES							
Rubrica	Liquidações	2021	2020	Rubrica	Designação	2021	2020
	Receita corrente	1.189.182,81 €	449.266,62 €		Despesa corrente	37.402,72 €	77.431,62 €
R1	Receita fiscal	172.300,05 €	173.523,13 €	D1	Despesas com o pessoal	27.514,60 €	43.824,43 €
R11	Impostos diretos	- €	- €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	27.367,03 €	41.385,98 €
R12	Impostos indiretos	172.300,05 €	173.523,13 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	147,57 €	194,17 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D13	Segurança social	- €	2.244,28 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	70.008,16 €	62.886,05 €	D2	Aquisição de bens e serviços	9.888,12 €	26.806,39 €
R4	Rendimentos de propriedade	- €	- €	D3	Juros e outros encargos	- €	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	735.035,61 €	1.777,62 €	D4	Transferências e subsídios correntes	- €	6.800,80 €
R51	Transferências correntes	735.035,61 €	1.777,62 €	D41	Transferências correntes	- €	6.800,80 €
R511	Administrações Públicas	471.524,78 €	1.777,62 €	D411	Administrações Públicas	- €	- €
R5111	Administração Central - Estado Português	449.507,78 €	1.777,62 €	D4111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R5112	Administração Central - Outras entidades	22.017,00 €	- €	D4112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5113	Segurança Social	- €	- €	D4113	Segurança Social	- €	- €
R5114	Administração Regional	- €	- €	D4114	Administração Regional	- €	- €
R5115	Administração Local	- €	- €	D4115	Administração Local	- €	- €
R512	Exterior - U E	- €	- €	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	- €	5.000,00 €
R513	Outras	263.510,83 €	- €	D413	Famílias	- €	1.800,80 €
R52	Subsídios correntes	- €	- €	D414	Outras	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	196.417,31 €	192.688,27 €	D42	Subsídios Correntes	- €	- €
R7	Outras receitas correntes	15.421,68 €	18.391,55 €	D5	Outras despesas correntes	- €	- €
	Receita de capital	972.461,78 €	- €		Despesas de Capital	105.758,00 €	83.385,58 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	D6	Aquisição de bens de capital	- €	3.385,58 €
R9	Transferências e subsídios de capital	972.461,78 €	- €	D7	Transferências e subsídios de capital	105.758,00 €	80.000,00 €
R91	Transferências de capital	972.461,78 €	- €	D71	Transferências de capital	105.758,00 €	80.000,00 €
R911	Administrações Públicas	972.461,78 €	- €	D711	Administrações Públicas	80.000,00 €	80.000,00 €
R9111	Administração Central - Estado Português	972.461,78 €	- €	D7111	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7112	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9113	Segurança Social	- €	- €	D7113	Segurança Social	- €	- €
R9114	Administração Regional	- €	- €	D7114	Administração Regional	- €	- €
R9115	Administração Local	- €	- €	D7115	Administração Local	- €	80.000,00 €
R912	Exterior - U E	- €	- €	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	25.758,00 €	- €
R913	Outras	- €	- €	D713	Famílias	- €	- €
R92	Subsídios de capital	- €	- €	D714	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	D72	Subsídios de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Receita efetiva (2)	2.161.644,59 €	449.266,62 €	D9	Despesa com ativos financeiros		- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €		Despesa efectiva (5)	143.160,72 €	160.817,20 €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €		Despesa não efetiva (6)	- €	- €
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	2.161.644,59 €	449.266,62 €	D10	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
				D11	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
					Despesa total (7)=(5)+(6)	143.160,72 €	160.817,20 €

4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Quadro 11: Balanço Consolidado Analítico em 31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		62 562 447,64 €	65 392 926,61 €
Ativos fixos tangíveis	5	57 634 951,37 €	60 473 084,75 €
Propriedades de investimento	8	594 659,66 €	612 990,50 €
Ativos intangíveis	3	109 251,71 €	83 677,84 €
Participações financeiras	18	4 153 570,74 €	4 151 685,57 €
Clientes, contribuintes e utentes		14 020,12 €	17 535,80 €
Outras contas a receber		55 994,04 €	53 952,15 €
Ativo corrente		8 878 384,46 €	5 633 055,97 €
Inventários	10	57 437,79 €	46 777,73 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 879 584,51 €	173 864,74 €
Clientes, contribuintes e utentes		233 092,33 €	219 861,41 €
Estado e outros entes públicos			5 992,70 €
Outras contas a receber	23	1 065 188,33 €	997 291,29 €
Diferimentos		25 313,45 €	22 669,97 €
Caixa e depósitos	1	5 617 768,05 €	4 166 598,13 €
Total Ativo		71 440 832,10 €	71 025 982,58 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		68 951 427,54 €	69 381 819,14 €
Património/Capital		60 517 244,87 €	60 517 244,87 €
Reservas		187 987,52 €	187 987,52 €
Resultados transitados		-14 641 643,60 €	-12 374 286,04 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-2 037 184,82 €	-1 612 730,87 €
Outras variações no património líquido		26 662 080,34 €	24 704 790,08 €
Resultado líquido do período		-1 737 056,77 €	-2 041 186,42 €
Total Património Líquido		68 951 427,54 €	69 381 819,14 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		1 459 227,80 €	664 077,90 €
Financiamentos obtidos	7	124 715,42 €	164 919,58 €
Diferimentos		1 037 279,63 €	133 300,20 €
Outras contas a pagar		297 232,75 €	365 858,12 €
Passivo corrente		1 030 176,76 €	980 085,54 €
Fornecedores		11 220,87 €	30 569,54 €
Estado e outros entes públicos	23	31 303,82 €	41 197,85 €
Financiamentos obtidos	7	40 204,15 €	95 559,52 €
Fornecedores de investimentos			4 849,46 €
Outras contas a pagar	23	660 418,55 €	801 913,78 €

Diferimentos		287 029,37 €	5 995,39 €
Total Passivo		2 489 404,56 €	1 644 163,44 €
Total Património Líquido e Passivo		71 440 832,10 €	71 025 982,58 €

Quadro 12: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	13/14	935 266,32 €	814 890,71 €
Vendas	13	164 925,51 €	136 857,71 €
Prestações de serviços e concessões	13	958 513,80 €	919 811,07 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	6 994 209,08 €	6 624 804,58 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		691 072,74 €	838 394,07 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-362 572,89 €	-306 205,79 €
Fornecimentos e serviços externos	23,4	-2 097 283,89 €	-1 972 110,92 €
Gastos com pessoal	23,5	-3 411 631,71 €	-3 449 301,79 €
Transferências e subsídios concedidos	23,6	-2 084 453,80 €	-1 889 502,01 €
Outros rendimentos		1 207 045,89 €	998 557,35 €
Outros gastos		-147 110,59 €	-221 039,57 €
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		2 847 980,46 €	2 495 155,41 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,9,5,12	-4 832 777,78 €	-4 801 146,80 €
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS)		-1 984 797,32 €	-2 305 991,39 €
Juros e rendimentos similares obtidos		254 403,51 €	271 799,50 €
Juros e gastos similares suportados	7	-6 662,96 €	-6 994,53 €
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-1 737 056,77 €	-2 041 186,42 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-1 737 056,77 €	-2 041 186,42 €

Quadro 13: Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 101 480,85 €	1 061 355,40 €
Recebimentos de contribuintes		892 008,44 €	759 557,79 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 910 920,02 €	6 674 607,76 €
Recebimentos de utentes		49 990,72 €	42 552,31 €
Pagamentos a fornecedores		-2 503 113,61 €	-2 353 757,01 €
Pagamentos ao pessoal		-3 481 217,92 €	-3 353 789,64 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 602 025,56 €	-1 786 174,44 €
Caixa gerada pelas operações		1 368 042,94 €	1 044 352,17 €
Outros recebimentos/pagamentos		-397 347,52 €	-21 343,68 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		970 695,42 €	1 023 008,49 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2 038 074,38 €	-2 170 086,75 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-43 496,41 €	-6 243,86 €
Pagamentos - Outros ativos		-81 079,95 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		22 616,00 €	41 913,50 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		610 090,85 €	673 902,71 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 719 922,11 €	1 697 931,19 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		760,83 €	2 286,25 €
Recebimentos - Dividendos		385 334,15 €	876 179,92 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		576 073,20 €	1 115 882,96 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			64 409,20 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-95 559,53 €	-122 094,24 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-39,17 €	-126,37 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-95 598,70 €	-57 811,41 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
		1 451 169,92 €	2 081 080,04 €
Efeito das diferenças de câmbio			

Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	4 166 598,13 €	2 085 518,09 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	5 617 768,05 €	4 166 598,13 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	4 166 598,13 €	2 085 518,09 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	4 166 598,13 €	2 085 518,09 €
SGA De execução orçamental	3 799 635,61 €	1 695 865,73 €
SGA De operações de tesouraria	366 962,52 €	389 652,36 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	5 617 768,05 €	4 166 598,13 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	5 617 768,05 €	4 166 598,13 €
SGS De execução orçamental	5 319 430,90 €	3 799 635,61 €
SGS De operações de tesouraria	298 337,15 €	366 962,52 €

5 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
Município de Boticas	Praça do Município 5460 – 304 Boticas	Serviços aos munícipes			a)
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.2 Entidades Associadas Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.3 Caixa e Depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Conta	2021	2020
Caixa	5.874,00 €	2.959,53 €
Depósitos à ordem	5.611.894,05 €	4.163.638,60 €
Depósitos bancários à ordem	5.611.894,05 €	4.163.638,60 €
Outros depósitos	0,00 €	0,00 €
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €	0,00 €
TOTAL	5.611.894,05 €	4.163.638,60 €

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.

Contas a Receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subsequentemente a mensuração efetua-se:

- (i) Ao custo, ou ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber) e;
- (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

NOTA 3 – Ativos Intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respectivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações		Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortiz. Período	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	83.677,84	43.950,93	-18.377,06	109.251,71
Goodwill	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	37.024,43	43.950,93	-18.377,06	62.598,30
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	46.653,41	-	-	46.653,41
TOTAL	83.677,84	43.950,93	-18.377,06	109.251,71

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com a informação fundamental.

Este quadro refere-se somente ao Município de Boticas.

Descrição do acordo	Termos significativos do acordo			Natureza e Extensão do acordo				Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato
	Período de concessão	Datas de Reapreamento	Base de Reapreamento	Qt	Período de tempo	Quantia	Natureza específica	
Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	20 anos	24/07/2001	n.a.	1	20 anos	Atualizada anualmente com base nos consumos de energia em BT no concelho de Boticas	Conceder a utilização do domínio público Municipal	Não ocorreram alterações durante o presente período de relato

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rúbricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	85.810.508,41	50.544.685,28	-	35.265.823,13	86.265.679,20	54.443.526,43	-	31.822.152,77
Terrenos e recursos naturais	5.658.533,16	-	-	5.658.533,16	5.640.353,16	-	-	5.640.353,16
Edifícios e outras construções	79.834.061,82	50.534.662,13	-	29.299.399,69	80.195.770,46	54.400.921,49	-	25.794.848,97
Infraestruturas	317.913,43	10.023,15	-	307.890,28	429.555,58	42.604,94	-	386.950,64
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-

Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	36.950.187,44	11.742.925,82	-	25.207.261,62	38.441.145,94	12.628.347,34	-	25.812.798,60
Terrenos e recursos naturais	3.150.165,80	-	-	3.150.165,80	3.150.165,80	-	-	3.150.165,80
Edifícios e outras construções	25.405.631,55	6.372.986,14	-	19.032.645,41	25.696.526,85	6.828.290,52	-	18.868.236,33
Equipamento básico	4.395.576,33	3.474.302,11	-	921.274,22	4.708.122,77	3.738.534,84	-	969.587,93
Equipamento de transporte	1.211.276,17	821.493,99	-	389.782,18	1.264.306,15	952.264,31	-	312.041,84
Equipamento administrativo	1.150.762,43	1.038.544,56	-	112.207,87	1.297.225,28	1.071.989,98	-	225.235,30
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	436.518,55	35.589,02	-	400.929,53	436.684,30	37.267,69	-	399.416,61
Ativos fixos tangíveis em curso	1.200.256,61	-	-	1.200.256,61	1.888.114,79	-	-	1.888.114,79
TOTAL	122.760.695,85	62.287.611,10	-	60.473.084,75	124.706.825,14	67.071.873,77	-	57.634.951,37

NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais.

6.1 – Locações Financeiras

Não detém a entidade qualquer contrato de locação financeira.

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação financeira.

6.2 – Locações Operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2021, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados	Futuros pagamentos			
			Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Equipamento de transporte	21.160,53	8 816,87	7.053,48	5.290,18	0,00	12.343,66
Equipamento de transporte	16.358,11	9.726,42	6 631,69	0,00	0,00	6.631,69
Equipamento informático	2.691,34	2.691,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	13.160,02	4.752,18	5 848,94	2.558,90	0,00	8.407,84
Equipamento de impressão	7.837,56	3.701,07	2.612,52	1.523,97	0,00	4.136,49
Equipamento administrativo	6.797,60	3.021,1	2.265,87	1.132,93	0,00	3.398,80
Equipamento administrativo	9.134,61	6.470,35	2.664,26	0,00	0,00	2.664,26
Plataforma elevador	23.616,00	3.936,00	19.680,00	0,00	0,00	19.680,00

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação operacional.

NOTA 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Designação	Dez-21	Dez-20
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	40.204,15	95.559,52
Passivo não Corrente	124.715,42	164.919,58
Total	164.919,57	260.479,10

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	612.990,50	-	-	-	-	-	-18.330,84	-	594.659,66
Terrenos e Recursos Naturais	4.769,75	-	-	-	-	-	-	-	4.769,75
Edifícios e outras construções	608.220,75	-	-	-	-	-	-18.330,84	-	589.889,91
Outras Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de Investimento em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	612.990,50	-	-	-	-	-	-18.330,84	-	594.659,66

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.777,73	374.212,60	362.572,92	-	-	-	979,62	-	57.437,79
Produtos acabados e intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	46.777,73	374.212,60	362.572,92	-	-	-	979,62	-	57.437,79

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A entidade não reconhece no seu Balanço, por indicação do Órgão Executivo, um conjunto de faturas relacionadas com a empresa "Águas do Norte, S.A.", que perfazem o montante de 3.169.982,39 euros e que dizem respeito à exigência de consumos mínimos de água e tratamento de efluentes no âmbito do contrato de concessão, bem como um conjunto de faturas relacionadas com a empresa "Resinorte, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.", que perfazem o montante de 1.405.389,99 euros e respeitam à entrega e receção de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário.

Esta informação é do conhecimento geral dos órgãos autárquicos - Câmara e Assembleia Municipal.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 eram os que constam no mapa 15 em anexo.

Natureza	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Faturas - Águas do Norte, S.A.			
434/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	430 004,88 €	
16/15.2BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	380 642,09 €	
140/14.9BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	252 156,87 €	
95/18.0BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	616 433,96 €	
279/13.8BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	185 196,74 €	
499/19.1BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1 299 362,36 €	
367/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	6 185,49 €	
		3 169 982,39 €	
Faturas - Resinorte Val. Trat. Resíduos Sólidos S.A.			
60/15.BERG	Entrega e receção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	79 724,00 €	
Not. Judicial avulsa	Entrega e receção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	278 852,00 €	
Not. Judicial avulsa (5/03/2020) Procº nº 74/20.8BEMDL	Entrega e receção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	467 360,29 €	
Not. Judicial avulsa (30/11/2021) Procº nº 331/21.6BEMDL	Entrega e receção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	579.453,70 €	
		1 405 389,99 €	
Total		4 575 372,38 €	

O Município de Boticas, por não se rever na obrigação de consumir os mínimos impostos e pagamento da deposição de resíduos conforme acordo outorgado com

a contração do aterro sanitário, rejeita a aceitação das referidas dívidas.

Atualmente existem vários processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo em vista o apuramento da legalidade das imposições impugnadas pelas entidades referidas.

O Município de Boticas mantém a expectativa de que não haverá quaisquer exfluxos de recursos no âmbito desses processos.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alineações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras								-
EHATB, EIM, S.A.	1.568.171,57	-	-	-	-	125.364,40	-	1.442.807,17
Resinorte, S.A.	89.436,25	-	-	-	-	-	-	89.436,25
Águas do Norte, S.A.	58.379,10	-	-	-	-	-	-	58.379,10
Municipia, S.A.	9.970,02	-	643,49	-	-	-	-	10.613,51
Eólica de Atilhó, Lda.	47.743,67	-	5.587,50	-	-	-	-	53.331,17
Eólica de Padrela, Lda.	8.824,06	-	-	-	-	1.153,58	-	7.670,48
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	9.743,80	-	-	-	-	1.744,21	-	7.999,59
ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	390.395,06	-	25.793,21	-	-	-	-	416.188,27
Empreendimento Eólico de Viade, Lda	9.176,67	-	-	-	-	1.963,27	-	7.213,40
Eólica Serra das Alturas, S.A.	644.900,95	-	45.851,94	-	-	-	-	690.752,89
Eólica de Montenegro, S.A.	1.014.467,42	-	68.377,97	-	-	-	-	1.082.845,39
FAM – Fundo de Apoio Municipal	286.333,52	-	-	0	-	-	-	286.333,52
TOTAL	4.375.336,27	0	146.254,11	-	0	130.225,46	-	4.153.570,74

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2021		21-12-2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	360.593,78	380.593,78	442.500,47	462.157,97
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	118.604,68	121.389,50	349.155,90	548.457,90
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	1.048.724,18	1.056.138,78	962.662,56	981.803,51
Outras tributações	0,00	1.104,40	42.661,00	0,00
TOTAL	1.527.922,64	1.559.226,46	1.796.929,93	1.992.437,38

23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Impostos diretos	542.443,20	539.519,74
Impostos Indiretos	343.218,60	232.654,40
Taxas, multas e outras penalidades	49.604,52	42.716,57
Vendas	164.925,51	136.857,71
Prestações serviços autarquias locais	938.204,41	907.541,96
Serviços específicos de outros setores	20.309,39	12.269,11
Transferências correntes obtidas	6.994.209,80	6.624.804,58
Reversões	0,00	2.824,92
Outros Rendimentos	1.663.385,01	1.518.951,42
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	519.137,13	589.799,50
TOTAL	11.205.436,85	10.607.939,91

23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2021 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Serviços de transporte	102.503,08	88.315,46
Serviços de alojamento e de restauração	66.900,66	43.233,46
Serviços de recolha e tratamento de RSU	176.829,13	207.012,28
Tecnologias de informação e comunicação	947,10	4.959,87
Outros subcontratos ou concessões	249.027,03	425.717,03
Trabalhos especializados	357.835,65	188.522,67
Publicidade, comunicação e imagem	110.621,60	68.938,84
Vigilância e segurança	0,00	310,92
Honorários	110.373,40	81.610,58
Comissões	648,01	2.110,91
Conservação e reparação	133.980,59	137.998,82
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	74,80	567,20
Livros e documentação técnica	1.208,79	414,71
Material de escritório	1.151,03	4,21
Artigos para oferta, publicidade e divulgação	72.023,20	47.760,21
Material de educação, cultura e recreio	24.494,31	27.969,79
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	19.440,69	49.506,00
Medicamentos e artigos de saúde	263,59	1.067,25
Produtos químicos e de laboratório	862,50	1.212,50
Outros materiais diversos de consumo	11.682,98	32.663,67
Eletricidade	47.739,47	15.522,21
Combustíveis e lubrificantes	114.961,23	104.371,90
Deslocações e estadas	10.713,06	100.463,09
Rendas e alugueres	43.132,74	11.118,67
Comunicação	50.780,74	53.562,21
Seguros	41.955,79	24.748,63
Despesas de representação dos serviços	256,40	0,00
Limpeza higiene e conforto	24.131,38	34.552,80
Outros serviços	322.744,94	217.875,03
TOTAL	2.097.283,89	1.972.110,92

23.5 – Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com o pessoal	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	120.682,71	141.882,86
Remuneração do pessoal	2.603.279,92	2.529.606,42
Encargos sobre remunerações	541.060,89	615.057,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	21.083,62	34.456,72
Outros gastos com o pessoal	119.719,45	121.930,07
Outros encargos sociais	5.805,12	6.367,77
TOTAL	3.411.631,71	3.449.301,79

23.6 – Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Transferências e subsídios concedidos	1.538.292,24	1.469.502,01
Subsídios correntes concedidos	10.000,00	0,00
Prestações sociais concedidas	0,00	0,00
Transferências de capital concedidas	536.161,56	353.983,17
TOTAL	2.084.453,80	3.449.301,79

6 - APURAMENTO DOS GASTOS POR FUNÇÕES

O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, permite, uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas. A transição do POCAL para o SNC-AP vem tentar resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existentes, permitindo dotar as diversas instituições da Administração Pública de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo implementados a nível internacional, contribuindo assim, de uma forma considerável, para o melhoramento da informação contabilística das autarquias locais e de toda a Administração Pública.

A NCP27 — Contabilidade de gestão visa estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Com este propósito, foram criados centros de custos por forma a permitir o apuramento dos custos de determinadas funções, nomeadamente no âmbito das funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções. Os encargos suportados com a COVID-19 no ano em questão, também têm o seu enquadramento em mapas de centros de custos.

O acompanhamento das operações contabilísticas efetua-se pelo apuramento mensal dos movimentos financeiros, e análise dos respetivos centros de custos.

Pese embora os esforços desenvolvidos nos últimos anos tendentes à implementação da contabilidade de custos, esta ainda se encontra em fase de implementação e de desenvolvimento.